

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 193

Concluída implantação do processo eletrônico no TRT do Paraná



Todas as 86 Varas do Trabalho e o segundo grau operam com processo eletrônico



Sistema dá segurança e celeridade

A equipe de implantação destaca o trabalho de inteligência coletiva que resultou em um sistema original, simples, seguro e ergonômico, que acelera a tramitação dos processos.

► PÁGINA 14

Advogados veem maior acesso

Para os advogados trabalhistas que atuam no Paraná, o processo eletrônico trouxe tranquilidade, ampliou as possibilidades de acesso e racionalizou os custos dos escritórios.

► PÁGINA 15

Comissão reforma creche

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Fórum Trabalhista de Londrina entregou, no dia 1º de setembro, a reforma do Centro de Educação Infantil do Conjunto Santa Fé. Entre as melhorias estão a implantação de calhas, troca de portas de metal, pintura interna e instalação de grades de ferro em todas as janelas, além da construção de um novo telhado, pois o antigo apresentava vazamentos. “Em dias de chuva, o interior da creche ficava alagado, exceto duas salas, onde os pequenos ficavam confinados, impossibilitando o trânsito das crianças até o refeitório e o banheiro”, aponta a coordenadora da Comissão, juíza Sandra Cristina Zanoni Cembranelli Correia.

O Centro de Educação Infantil do Conjunto Santa Fé atende 145 crianças de até 5 anos de idade, em regiões de alto índice de vulnerabilidade social. O auxílio às entidades civis de Londrina é um trabalho realizado pela Responsabilidade Socioambiental há cerca de cinco anos. Em 2010 houve a reforma integral do Centro de Educação Infantil do Conjunto



Milton Gavetti. Para o final deste ano, estão previstas a reforma da sala de aula e a construção de uma brinquedoteca na Creche Padre Boaventura – CEI do Conjunto São Lourenço –, além da reforma da Creche Matilde Vicentini.

Leticia Gabriele

Paraná traz seis medalhas

A delegação do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná conquistou três medalhas de ouro e três de prata na X Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, realizada no fim de setembro, em Belo Horizonte. O servidor Eduardo Santos Alonso recebeu a medalha de ouro no tênis e as equipes femininas foram as campeãs no vôlei de praia e de quadra. As medalhas de prata foram todas conquistadas no atletismo pela servidora Alexandra Nishimoto, da 5ª Vara de Maringá. Ela ficou em segundo lugar nas corridas de 1.500m, 3.000m e 5.000m. As atletas do vôlei de praia venceram as servidoras do TRT de Brasília e Tocantins, que também perderam a disputa contra o time de vôlei de quadra do Regional do Paraná. Fazem parte da equipe de vôlei as servidoras Madail Alves da Silva (1ª Vara do Trabalho de Maringá), Rosiane Pfeng (Vara de Campo Mourão), Andréa Benevino dos Santos (5ª Vara do Trabalho de Maringá), Ethel Cristina Samek (oficial de justiça de Maringá), Lúcia Fávaro (1ª Vara do Trabalho de Maringá), Sheila Patrícia de Souza (Vara de Nova Esperança), Bruna Bega (Vara de Cianorte) e Vera Fuganti (Seção Médica-odontológica do TRT-PR).



O campeonato reuniu 870 atletas, representantes de 20 Tribunais Regionais do Trabalho.

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Nelson Copruchinski, Gladimir Nascimento e Maria Celeste Corrêa

Estagiários supervisionados por jornalista profissional:

Daniella Féder, Leticia Gabriele, Marcos Dias e Bruno Calzavara

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Bruno Calzavara, Maria Celeste Corrêa e Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescrym

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

Após reforma, Castro tem mais espaço e melhores condições de atendimento



O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, com servidores da Vara de Castro

Foi entregue, em setembro, a obra de reforma e ampliação da Vara do Trabalho de Castro. A solenidade contou com a presença de autoridades locais, do presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, e do juiz de Castro, Paulo Conti. “É uma obra importante para o trabalhador e para o empresário que procuram pela Justiça em nossa região”, lembrou o prefeito do município Moacyr Fadel.

Para o presidente Ney Freitas, a obra tem um significado importante, pois representa a entrega da Justiça em uma estrutura adequada.

“Quando assumi a presidência do Tribunal, tive como



Com a reforma, a Vara chegou a 410 metros quadrados

uma das metas reestruturar as unidades que não tinham espaço físico adequado. Para isso, foi criado o Plano Imobiliário Institucional, que previu reformas, ampliações e construções de novas sedes nas unidades que necessitavam. Castro é uma delas, e será a penúltima a ser entregue na minha gestão”, enfatizou o presidente, informando que, para este ano ainda, está prevista a inauguração do novo Fórum Trabalhista de Londrina.

Com a ampliação, a área construída da Vara do Trabalho de Castro chegou a cerca de 410 metros quadrados, tornando-se 27% maior do que o espaço anterior. O prédio revitalizado passa a ter, no primeiro pavimento, hall de espera para o público, espaço de atendimento, secretaria, copa e instalações sanitárias adaptadas a portadores de necessidades especiais. No segundo pavimento foram instalados hall de espera para o público, sala de audiência, sala destinada à OAB e dois gabinetes para os juízes. Na construção anexa ao prédio principal, foi criado um espaço para arquivo e também há novas vagas de garagem. Para garantir a acessibilidade aos portadores de deficiência visual, foi instalado um elevador e aplicada sinalização tátil.

Letícia Gabriele

Varas do Trabalho têm videotelefonia

Dois novos serviços foram lançados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná para facilitar as tarefas administrativas das unidades judiciárias e melhorar a comunicação com a administração do Tribunal. Um deles é o uso de câmeras nas conversas telefônicas via telefonia IP. O outro é a oferta de nova página inicial da intranet, que reúne informações selecionadas a respeito da unidade do servidor que a acessa. Juntas, essas novas ferramentas formam o projeto "Conecte-se".

"Além de criar uma nova forma de contato entre a administração do Tribunal e as unidades judiciárias, aproximando as pessoas, o novo sistema serve como apoio aos diretores das Varas, que poderão resolver suas funções administrativas com maior rapidez e simplicidade, passando a ter mais tempo para se dedicar à prestação jurisdicional", enfatiza o diretor geral do TRT-PR, Eduardo Rocha.



Eduardo Rocha conversa com diretora da VT de Rolândia

Quer fazer a diferença? Adote seu copo

"Eu Faço a Diferença" é o slogan da Campanha "Adote seu Copo", promovida pela Seção de Responsabilidade Socioambiental, que visa à redução do consumo de copos descartáveis. Produzidos a partir do petróleo – recurso de difícil extração, caro, finito e poluente – os copos plásticos, quando descartados na natureza, podem demorar até 100 anos para se degradar. "Aqui no TRT, os copos plásticos descartados são entregues aos catadores de material reciclável, e, posteriormente, reciclados", explica a Chefe da Gestão Ambiental, Ana Cristina Barbosa Gomes. No entanto, a reciclagem envolve gastos elevados de energia e água. Além disso, quando reciclado, o plástico perde a capacidade de ser reciclado novamente. Dessa forma, a Campanha "Adote seu Copo", propõe um consumo mais consciente através da aquisição de copos laváveis", conclui Ana Cristina.

Pioneiros, os servidores de Jacarezinho deixaram de incluir o copo descartável na lista de materiais e passaram a utilizar apenas copos laváveis. O servidor Antônio Carlos de Freitas Garcia comenta que "a somatória de pequenos esforços é de extrema importância e necessidade para se alcançar a conscientização coletiva". Em 2009 a juíza Ana Paula Sefrin Saladini e o Diretor de Secretaria, Sérgio Kazuo Onichi, incluíram entre as lembranças de Natal oferecidas à equipe xícaras de porcelana. Em Cornélio Procópio, a servidora Marisa Loureiro Carvalho comprou 20 canecas, personalizadas com o nome de cada servidor. No Gabinete do desembargador

Cartazes da campanha - Designer: Tiago Silva.

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, as canecas foram providenciadas pelo próprio desembargador, com a caricatura de cada um. Na Secretaria Administrativa, em reuniões com até 20 pessoas, só se utilizam copos de vidro.

A campanha extrapola o Tribunal. O advogado João Luís Vieira Teixeira relata: "já havia detectado o excesso de copos plásticos no meu escritório, mas houve certa oposição à adoção dos copos de vidro. Com o lançamento da campanha do TRT-PR, creio que não só o nosso, mas diversos outros escritórios, adotarão a mesma medida".

O consumo médio anual no TRT-PR chega a 600 copos descartáveis por pessoa - um total de 1.357.800 copos plásticos jogados fora a cada ano.

Leticia Gabriele

Tempestade na Bienal

A Bienal do Livro 2011, no Rio de Janeiro, terminou com recorde de público e de faturamento. De 1º a 11 de setembro, passaram pela bienal 670 mil visitantes. E, nesses 11 dias de funcionamento, foram vendidos mais de 2,8 milhões de livros que geraram uma arrecadação de R\$ 58 milhões. Esse mega evento literário também abrigou o livro *Tempestade – A Última Chance* e sua autora, Edeni Mendes da Rocha, a Teka, como é conhecida por todos no TRT do Paraná.

Atuando em grupos de psicanálise, Edeni diz que, ao escrever, prefere personagens relacionadas com as dificuldades emocionais que cercam o gênero humano, unidas por vínculos morais e afetivos, sujeitas às mudanças que os traumas acabam impondo à vida de cada uma delas. “Antes de apresentar *Tempestade* ao mercado editorial, ele foi lido por algumas pessoas, inclusive por dois escritores com doutorado. Depois, entre 10 editoras, recebi seis respostas. Entre essas respostas, recebi duas com elogios, que vieram de duas das maiores editoras do Brasil, o que não é pouco. Isso me deixou muito feliz e motivada para continuar apostando nessa carreira”, relatou Edeni.

Entre outros livros, Edeni escreveu o infantil *As aventuras da menina que podia tudo*. No momento, outras duas



A escritora trabalha também na literatura infantil

obras da autora estão em análise em editoras: *Confissões de um homem mediano* e o humorístico *Bobices de uma mulher solteira, surtada e desesperada*.

Encerrada a Bienal, Edeni já parte para vôos mais ousados. Está inscrita num concurso para romances ainda não premiados na Europa, patrocinado pela editora Leya, que é líder no mercado de Portugal, Angola e Moçambique. Informações e textos de livros, contos, crônicas, ensaios e poesias escritos por Edeni, podem ser encontrados nos endereços eletrônicos:

www.recantodasletras.com.br e <http://sites.google.com/site/edenimendesdarocha/>



Edeni e seu livro *Tempestade*, durante a Bienal do Rio deste ano



Edeni durante sessão de autógrafos do livro *Tempestade*, na Bienal do Rio 2011

► **ARTE NO SANGUE** - Natural de Paranavaí, no interior do Estado, Edeni começou muito cedo a se interessar pela literatura. “Nasci com isso. Está no sangue. Gosto de todo tipo de arte. Desde que aprendi a ler, passava as tardes na biblioteca da cidade, e assim foi dos 7 aos 16 anos. Muito cedo comecei a participar de concursos de redação e aos 8 ou 9 anos já ganhava concursos”, explicou.

De fato, durante toda a sua vida, a servidora e escritora sempre esteve em busca da arte. Chegou a fazer teatro em São Paulo, na escola Macunaíma, mas o sonho ficou mais distante com a morte do pai, quando ela tinha apenas 16 anos. cursou Psicologia em Maringá e Letras e Comunicação em Paranavaí. Não concluiu nenhum deles. Queria fazer teatro. Aos 17 anos, passou a dar aulas de Inglês em escolas especializadas de sua cidade. Mas sua mãe dizia que precisava de uma profissão “decente” e, pressionada pela família, fez o curso de Agronomia, na cidade de Bandeirantes.

Hoje ainda encontra tempo para a pintura, a fotografia e o Judô, arte marcial que pratica desde 1984 e na qual alcançou a faixa marrom. Na fotografia, já teve uma exposição com imagens de sua autoria montada no hall do edifício sede, em 2009, e participou da exposição de fotos na inauguração do Fórum de Maringá. Edeni Mendes da Rocha trabalha no TRT do Paraná desde 1994, onde é Diretora do Serviço de Dados Funcionais, em Curitiba.

Nelson Copruchinski

Homenagem a veteranos emociona na comemoração dos 35 anos do Tribunal



Luiz Munhoz

Servidores homenageados por terem completado 35 ou 25 anos de trabalho a serviço do Tribunal

A performance vocal e cênica do coral da Universidade Federal do Paraná emocionou os magistrados, servidores e visitantes que comemoraram o aniversário de 35 anos do Tribunal Regional Do Trabalho Do Paraná, completados no dia 17 de setembro. Foram homenageados servidores e magistrados que completam, neste ano, 25 e 35 anos de serviços prestados à Justiça do Trabalho do Paraná.

“Celebramos a instituição a que servimos. Uma instituição que se incorpora, há 35 anos, à realidade social e econômica do Paraná. Nada de mais relevante existe no seio da sociedade, no dizer de Rui Barbosa, do que o desejo e o sentimento de justiça. Ora, não há, no âmbito do Poder Judiciário, ramo mais popular, mais democrático, de mais amplo acesso pelo jurisdicionado do que a Justiça do Trabalho”, disse o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas.

Em seu discurso, o presidente lembrou a história da emancipação administrativa do TRT-PR:

“Até meados da década de 1970, só se processavam no Paraná as ações trabalhistas de primeira instância, nas suas oito unidades então denominadas Juntas de Conciliação e Julgamento – as quatro de Curitiba e as de Ponta Grossa, Paranaguá, União da Vitória e Londrina. O território paranaense integrava a 2ª Região da Justiça do Trabalho, sediada em São Paulo.

Foi por homens como Milton Vianna, Mozart Victor Rusomano e Alípio Ayres de Carvalho que, enfim, aos 22 dias do mês de setembro de 1975, era publicada a Lei 6.241 – efeti-

vo diploma, Certidão de Nascimento deste Tribunal. Faltava, contudo, o rito sacramental do batismo, ou seja, a efetiva instalação do Tribunal.

No dia 17 de setembro de 1976, em Sessão Solene conduzida pelo Presidente do TST, era oficialmente instalado este Tribunal, na antiga sede da Rua 24 de Maio. Presentes, o Governador Jayme Canet Júnior, os Ministros da Justiça e da Educação, Armando Falcão e Ney Aminthas de Barros Braga e o Procurador Geral do Trabalho, Marco Aurélio Prates de Macedo, dentre outras autoridades.”

► **MEMÓRIA** - Foi lançado, durante a cerimônia dos 35 anos, o primeiro volume de DVDs da série Presidentes, que faz parte do Projeto Memória. São entrevistas de ex-presidentes que expõem aspectos administrativos e conjunturais de cada mandato, contextualizados com os respectivos períodos em que exerceram o cargo.



Luiz Munhoz

A performance do Coral da UFPR explorou, com movimentos constantes, a acústica e a arquitetura do Plenário

Quarenta e quatro propostas foram aprovadas na Semana Institucional



Marcos Dias

Pela primeira vez, todos os magistrados se reuniram para discutir os principais eixos temáticos do trabalho no TRT-PR e apresentar propostas para aperfeiçoar o funcionamento da instituição

A I Semana Institucional do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná aprovou 44 das 59 proposições apresentadas pelas comissões que compunham os quatro eixos temáticos: Cumprimento da Sentença e Execução, Efetividade e Produtividade no Exercício Jurisdicional, Processo Eletrônico e Gestão e Políticas Institucionais. De 12 a 15 de setembro de 2011, cerca de 200 magistrados estiveram reunidos em Curitiba, na sede do TRT-PR, para avaliar a realidade da instituição e propor novos rumos e novas ações, sempre com foco no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e no trabalho de servidores e magistrados.

Terminada a I Semana Institucional, tiveram início a redação, o reordenamento e o balanço das proposições aprovadas que, posteriormente, foram encaminhadas à Presidência do Tribunal. A Escola Judicial também direcionou ofícios aos setores do TRT-PR diretamente relacionados às proposições aprovadas, assim como para os magistrados, totalizando 3.200 correspondências. Os ofícios solicitam a implementação das proposições aprovadas e dão conhecimento do processo a todos os envolvidos. Na opinião do juiz Reginaldo Melhado que, na condição de Coordenador da Escola Judicial, foi o responsável pela organização do evento, “a I Semana Institucional da Magistratura foi extraordinária e superou todas as nossas expectativas, não apenas pela qualidade das proposições, mas também pelo envolvimento, pelo debate saudável,

pelo comprometimento e pela participação entusiasmada dos magistrados”.

A Escola Judicial se prepara agora para a organização da II Semana Institucional, que deverá ocorrer em 2012, também no mês de setembro. “Já fizemos uma reunião de avaliação que envolveu os organizadores e os magistrados que atuaram como presidentes e relatores dos grupos temáticos, com o objetivo de aperfeiçoar o processo. Já sabemos, por exemplo, que necessitaremos de mais tempo para debater as proposições, especialmente na reunião plenária, o que enriquecerá ainda mais esse trabalho”, concluiu o juiz Melhado.

► **LEGITIMIDADE** - Participaram da Semana Institucional cerca de 180 magistrados de todas as unidades judiciais do TRT do Paraná. A legitimidade que isso confere às propostas foi destacada pelo presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas. “Esta é a primeira vez, em três décadas e meia, que o Tribunal reúne desembargadores e juízes com este propósito específico: pensar a instituição. Refletir, individual e coletivamente, sobre tendências e possíveis soluções para seus desafios conjunturais”, disse o presidente. Para ele, o TRT inicia, com esse encontro, uma nova maneira, mais inteligente, de aproveitar a massa crítica de seus magistrados em prol do aperfeiçoamento do serviço prestado ao cidadão.

Maria Celeste Corrêa



I Semana Institucional da
Magistratura da Justiça do
Trabalho do Paraná
12 a 15 de setembro de 2011



Inara Passos

Paraná conclui implantação do processo eletrônico no primeiro e segundo graus



 Inara Passos

Nas Varas do Trabalho paranaenses, os processos em papel começam a "desaparecer" das estantes

Desde outubro, 100% dos processos iniciados no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) tramitam exclusivamente em meio eletrônico. Em outubro, com a digitalização do segundo grau, concluiu-se um dos maiores projetos já empreendidos pelo Tribunal.

Foi um desafio à nossa capacidade técnica, mas, principalmente, à nossa capacidade de mudar", disse o presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas. "A mudança é cultural, pressupõe o desapego, para abandonar a plataforma do papel, e a vitória sobre o medo do desconhecido", definiu.


Nós, prosseguiu o desembargador, "percorremos um caminho firme, com serenidade e conhecimento. Asseguramos a advogados e partes a integridade dos documentos, simplicidade nos processos e acesso seguro. A equipe envolvida na implantação, liderada pelo presidente da Comissão de Informática, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues de Lemos, e pelo juiz auxiliar da Presidência, Bráulio Gabriel Gusmão, no futuro haverá de ser reconhecida como a responsável por uma das mais importantes inovações da história da Justiça do Trabalho no Paraná. Estão todos de parabéns."

O presidente do TRT convocou todos os envolvidos na implantação do processo eletrônico e homenageou um a um, em reconhecimento ao importante serviço prestado.

Apesar de ser uma operação de grande porte e longo prazo, transcorreu sem incidentes e com total segurança.

"Todos os que trabalharam no processo eletrônico buscam o mesmo ideal: uma contribuição para a prestação da Justiça do Trabalho. Todos agora fazem parte da história deste Tribunal, levando a Justiça de uma outra



 Inara Passos

O juiz Bráulio Gabriel Gusmão, que liderou a implantação, com o presidente do TRT, desembargador Ney José de Freitas

forma”, disse Ney José de Freitas.

De forma silenciosa e eficaz, a força-tarefa de magistrados e servidores que executou a implantação dimensionou e instalou toda a infraestrutura, reelaborou as rotinas de trabalho, capacitou usuários internos e externos e desenvolveu interfaces originais. Juntos, esses elementos configuram uma revolução na Justiça do Trabalho paranaense. Os que realizaram a tarefa tiveram seus nomes citados, um a um, pelo juiz que a coordenou, Bráulio Gusmão, durante o encontro da equipe com o presidente do Tribunal.

Foram doze meses de trabalho intenso, que consolidou a experiência iniciada em 2009, com a instalação das três primeiras varas digitais, em Curitiba, e confirmou a vocação do TRT do Paraná para a tecnologia. Desde 1990, quando adquiriu seu primeiro *mainframe*, o Tribunal vem avançando continuamente na aplicação da Informática para melhorar a prestação do serviço jurisdicional.

O TRT paranaense é o primeiro tribunal de grande porte da Justiça do Trabalho a ter o processo eletrônico em todas as Varas e no segundo grau.

O sistema paranaense poderá migrar para o PJe JT (Processo Judicial Eletrônico, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, versão para a Justiça do Trabalho). O investimento realizado pelo TRT-PR focou-se em infraestrutura, metodologia de acesso e, principalmente, capacitação e formação de uma cultura digital, aspectos que deverão ser integralmente aproveitados na adaptação ao PJe.

O juiz Bráulio Gabriel Gusmão informou que foram recomendadas anotações de elogios nas fichas funcionais dos que participaram do projeto e da implantação.

“Foi um trabalho de inteligência coletiva”, definiu Leonia de Oliveira, assessora da coordenação do projeto. “Descobrimos os talentos aqui dentro e demos oportunidade para que se desenvolvessem e se aprimorassem.”



Magistrados e servidores tiveram elogios anotados em suas fichas



Os que atuaram na implantação foram nominados e homenageados pelo trabalho



A força-tarefa realizou, silenciosamente, uma gigantesca operação de implantação

O servidor Rafael Mendes de Souza, do Serviço de Suporte Técnico, um dos que participaram ativamente da instalação de equipamentos para o processo eletrônico, dá uma dimensão do trabalho realizado: “Foram duas equipes, cada uma seguiu um roteiro de cidades. A minha equipe percorreu 10 cidades em 27 dias.” Rafael conta que “a equipe criou uma afinidade muito grande. São várias histórias, uma mais engraçada do que a outra. Mas o melhor mesmo foi conhecer a realidade de cada local”. O responsável por traçar a rota de cada equipe de instalação de infraestrutura foi Ricardo Hillbrecht, servidor lotado no setor de Serviço de Infraestrutura. “No total, foram 20 jurisdições, e, em cada uma delas, os equipamentos antigos tiveram de ser substituídos por computadores modernos”, relata Ricardo.

A 21ª Vara do Trabalho de Curitiba, primeira a receber os processos digitais, tornou-se modelo para a implantação no restante do Estado. A servidora Sueli Knopik atua na 21ª Vara há cinco anos. Segundo ela, os servidores tiveram, no início, alguma insegurança com o novo método: “a maior dificuldade foi na digitalização, mas depois disso a agilidade e a praticidade tomaram o espaço do medo”. É o mesmo sentimento descrito por Amanda Tirapelli, da 17ª Vara: “trabalhar com o novo sempre traz medo”.

Os benefícios do processo eletrônico já ultrapassaram as fronteiras da própria Justiça do Trabalho, chegando à vida dos cidadãos. O coordenador do processo eletrônico no TRT-PR, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, comenta que, além da rapidez, a tecnologia trouxe mais conforto e tranquilidade à vida das pessoas. “Uma advogada me contou que o marido sofre de uma doença grave, que demanda cuidados, e por isso ela precisa ficar sempre por perto. Segundo ela, é graças ao processo eletrônico na Justiça do Trabalho que pode continuar atuando, pois não precisa mais sair de casa para realizar os trâmites que os antigos processos em meio físico exigiam”.



Inara Passos

Todos os que participaram da implantação foram elogiados pelo presidente



Inara Passos

A homenagem aos integrantes da equipe foi realizada no gabinete da Presidência



Inara Passos

A força-tarefa realizou, silenciosamente, uma gigantesca operação de implantação



Inara Passos

Magistrados e servidores tiveram elogios anotados em suas fichas

Varas Madrinhas testaram o sistema e lideraram o treinamento para os demais

A implantação do Processo Eletrônico veio acompanhada de dúvidas sobre como trabalhar com as novas ferramentas. O Tribunal se preparou para elas com investimentos na capacitação interna e atendimento aos advogados. Foram elaborados manuais de utilização para os servidores e disponibilizaram-se cursos *on-line*, tanto para servidores e magistrados como para os usuários externos. Porém, há dúvidas que vão além destes recursos. Para esclarecê-las, foi criado o conceito de Varas Madrinhas. São as Varas do Trabalho que, já operando digitalmente, receberam a função de orientar as outras.

Foram seis as primeiras Varas Madrinhas do Paraná: 21ª, 22ª e 23ª, que nasceram inteiramente digitais e, portanto, tinham experiência com os procedimentos, e 2ª, 4ª e 17ª, que funcionaram como Varas Mistas, mesclando processos eletrônicos e em papel. Depois, a 11ª Vara foi indicada para também se tornar madrinha.

Para conhecer as ferramentas, os diretores das varas, e mais um servidor que cada um deles escolheu, participaram de cursos presenciais nas Varas Madrinhas. Após o treinamento, repassavam o aprendizado aos demais funcionários. A Diretora de Secretaria da 21ª Vara do Trabalho, Tania Regina Hoffmann da Silva, lembra que o curso funcionou como um estágio, em que as equipes das Varas que começariam a usar o sistema puderam experimentar os novos procedimentos.

Celoni Fátima Corso, Diretora de Secretaria da 11ª Vara, percebeu que as pessoas que participaram dos cursos de treinamento estavam preparadas para assimilar o processo eletrônico. Porém, notou que havia resistência por parte de alguns servidores, que temiam trabalhar com uma tecno-

logia desconhecida. A diretora confessa que ela mesma já teve medo da digitalização, mas logo se adaptou. Hoje, gosta de trabalhar com os processos digitais: "Há algumas coisas que acho realmente fantásticas. São as atividades que não existem mais, como a autuação, que demandava um tempo considerável, e outras tarefas que ficaram imensamente mais fáceis e rápidas, como a remessa de autos". Ela também vê maior facilidade na juntada de documentos e no arquivamento, que é feito no próprio computador. O Diretor de Secretaria da 17ª Vara do Trabalho, Evilásio Luz Maier, também elogia o novo modelo de trabalho: "O Processo Eletrônico permite um controle mais efetivo e reduz prazos. E não há mais o problema de desaparecimento de autos".

Celoni também percebeu que houve uma diminuição da procura por ajuda. "Como as pessoas estão mais familiarizadas com o processo eletrônico, a cada dia vem diminuindo o número e a frequência das ligações". Ela acrescenta que, na semana seguinte ao término da digitalização das varas do interior, havia um fluxo intenso de telefonemas, que hoje está reduzido a uma ou duas ligações por dia. Luz Maier entende que as Varas Madrinhas vão se desligando naturalmente das afilhadas. "Naturalmente a gente vai sendo esquecido. O nosso trabalho vai diminuindo na medida em que as varas afilhadas conseguem trocar experiências entre si".

Tania enfatiza que o contato iniciado com servidores de outras unidades promove uma integração entre todas as varas, tornando o trabalho mais prazeroso.

Daniella Féder

Núcleo "da casa" desenvolveu o projeto

Oito servidores formaram o grupo de desenvolvimento e gestão do projeto de implantação do processo eletrônico, coordenados pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão. Considerado pela equipe o "pai da criança", Carlos Alberto dos Santos foi o responsável pelo protótipo do sistema, apresentado em abril de 2009. Ele conta que a base é a mesma que já era usada pelo Tribunal, o que facilitou a rapidez das adaptações. "Não é um bicho de sete cabeças", brinca. Para Carlos, a unidade e a homogeneidade da equipe contaram para o sucesso da empreitada. O segundo profissional agregado ao núcleo de desenvolvimento foi Rômulo Althaus, que trabalhou especialmente na construção do Escritório Digital (ferramenta de acesso ao processo eletrônico para uso dos advogados) e na viabilização do peticionamento eletrônico.

Marcelo Bandini esteve envolvido desde o início do projeto e considera gratificante observar a dimensão que o processo eletrônico atingiu. "Começou mais como um teste. O projeto deu certo, o conceito foi crescendo e agora vemos que é um caminho sem volta", observa. Ele lembra a posição de destaque que a implantação deu ao TRT. "Quando a digitalização chegar ao País inteiro, já teremos essa cultura do digital, não será novidade para nós".

Luciano Kuehne avalia que a ideia do processo eletrônico surgiu em um momento propício: de um lado havia a necessidade da digitalização dos processos, do outro a oportunidade de desenvolver um sistema novo nas varas

que estavam para ser criadas. Ele comemora o pioneirismo: "nós desbravamos essa área. Quando começamos, nenhum outro lugar tinha experiência. Agora, outros Estados ligam aqui atrás de informações nossas".

Com o passar do tempo, a equipe precisou de reforços. Adriano Silva Araújo trouxe sua experiência do Rio Grande do Norte e a colocou a serviço do TRT-PR. "Foi uma boa oportunidade para eu contribuir de forma mais direta, principalmente em um projeto de tanto impacto e que muda a cara da Justiça do Trabalho", declara.

Tiago Teixeira Lopes também se uniu à equipe no decorrer dos trabalhos e sente satisfação por fazer parte do grupo. "Trabalhamos com o foco bem definido. Cada um tinha a visão clara de como a sua parte do trabalho se encaixava no todo", explica. Marcos Kay ressalta que o processo foi feito sem pressa, aos poucos. "Mas tínhamos noção de que era algo grande. Tinha que dar certo".

Assessora de coordenação do processo eletrônico, Leônia Maria de Oliveira garante ter "vestido a camisa" em todas as atividades. "É como acompanhar o desenvolvimento de um filho seu", resume. Ela credita o sucesso da criação e implantação ao modelo de gestão adotado: "o sistema de rede e de integração entre as diversas áreas possibilitou o desenvolvimento dessa ferramenta técnica, que é um exemplo de celeridade e eficiência".

Bruno Calzavara



Inara Passos

A equipe desenvolveu ferramentas como o Escritório Digital, o Gabinete Digital e outras soluções que viabilizaram o projeto

Para advogados, novo sistema garante segurança e amplia o acesso à Justiça

Advogados trabalhistas aprovam as mudanças que vieram com o processo eletrônico. A maior rapidez na tramitação dos processos e a redução no consumo de papel são os pontos mais elogiados, além da redução de custos, menos papelada e mais agilidade.

O advogado Alessandro de Macedo Nogueira, do Suttle & Vaciski Advogados Associados, usa o processo eletrônico há quase um ano e o aprova. "Agora, está tudo mais ágil. Diminuíram os custos, há maior rapidez no processo", avalia. Para o advogado trabalhista Ivo Harry Celli Júnior, trata-se de uma mudança de paradigmas. "O novo processo afetou a rotina, houve uma mudança radical".

Opinião semelhante tem o gerente administrativo do escritório Indalécio Gomes Neto & Associados, Jeferson Assis França. Segundo ele, a questão logística é o maior trunfo da inovação. "Não é preciso mais se deslocar com tanta carga. Daqui a três ou quatro anos, quando tudo já estiver digitalizado, não teremos mais necessidade de prestadores de serviço de carga dos autos", projeta. França conta que, pelo fato de contar com vários clientes no interior, a redução ou até eliminação de custos com transporte representa uma economia significativa para o escritório. Iniciada em 2009 e acelerada nos últimos onze meses, a

implantação do processo eletrônico requisitou dos advogados trabalhistas algum tempo para adaptação, o que foi compreendido com naturalidade pela maioria dos profissionais. Segundo Celli Júnior, os advogados mais novos têm ajudado e prestado assistência aos mais antigos, que, em muitos casos, têm menos familiaridade com a tecnologia digital.

O advogado Roberto Barranco aponta que "a forma gradativa como o processo foi sendo implantado ajudou para uma melhor adaptação". Nogueira, por sua vez, lembra a questão dos materiais. "No início, a adaptação foi difícil. Nós tivemos de trocar equipamentos, inclusive para adquirir as duas telas de computador necessárias para operar o processo eletrônico." No entanto, ele lembra que o TRT, através do escritório digital, assim como de outras ações, tem dado assessoria a todos os envolvidos com o processo eletrônico. "Sempre tivemos o apoio do TRT do Paraná. Todas as dúvidas que tivemos, eles esclareceram para a gente", conta. França também avalia positivamente o respaldo do Tribunal nessa fase de transição: "Já estávamos acostumados com o e-doc e a adaptação foi mais tranquila com o apoio do escritório digital", conta.

Bruno Calzavara

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região

Escritório Digital

Menu
Página Inicial
Sair do sistema

Petição Inicial
Nova Petição Inicial
Minhas Petições Iniciais

Cadastro
Cadastro de Processos
Cadastro de Escritórios
Endereço do Escritório
Jurisdição do Escritório
Associados e Assistentes
Confirmar Cadastros
Cadastro do Usuário

Intimações e Comunicações
Recebidas

Comprovantes
Recibos Petição Inicial
Recibos

Ajuda
Manual de Utilização

Outros Serviços
- Bases Jurídicas
- Consulta de códigos
- Pautas
- Petições do Advogado
- Sustentação Oral

Limpar F9-Pesquisar

Agenda do dia
24/11/2011 Pesquisar
Hoje

Audiências

| Horário | Evento |
|---------|--|
| 08:10 | INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 01ª VT CASCAVEL 0001194-93.2010.5.09.0071 |
| 10:45 | INSTRUÇÃO VT APUCARANA 0001409-78.2011.5.09.0089 |
| 14:40 | UNA VT PORECATU 0001296-63.2011.5.09.0562 |

Escritório Digital

Selecione o escritório
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Pesquisa nos Processos Cadastrados

Processos com movimentação nos últimos 10 dias

| | | |
|---|----------------------|-------------------------|
| 0000786-20.2011.5.09.0863 - Ação Trabalhista - Rito Ordinário | Extrato do processo | Petição Eletrônica |
| 0001488-46.2010.5.09.0007 - Ação Trabalhista - Rito Ordinário | Extrato e documentos | Pré Cadastro de Petição |
| 0553200-31.2007.5.09.0069 - Ação Trabalhista - Rito Ordinário | Autos Digitais | |
| 0176100-73.2007.5.09.0069 - Ação Trabalhista - Rito Ordinário | Extrato do processo | Petição Eletrônica |
| 0208300-02.2008.5.09.0069 - Ação Trabalhista - Rito Ordinário | Extrato e documentos | Pré Cadastro de Petição |
| 0000215-10.2010.5.09.0661 - Ação Trabalhista - Rito Ordinário | Extrato do processo | Petição Eletrônica |
| | Extrato e documentos | Pré Cadastro de Petição |

ATENDIMENTO ESCRITÓRIO DIGITAL

Tela do Escritório Digital, que concentra as atividades dos advogados

Marco histórico

Para o presidente da Comissão de Informática, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues de Lemos, ao chegar a cem por cento dos novos processos em meio eletrônico o TRT do Paraná vive um momento histórico. Após esse "divisor de águas", diz ele, restará consolidar a mudança cultural. Com o novo sistema, não muda a essência do ato do juiz, mas se modificam os procedimentos, o que exigirá de magistrados e servidores novas atitudes.



Inara Passos

Finalizada a implantação do processo eletrônico em todas as Varas do Trabalho do Paraná e no segundo grau, que análise o senhor faz dessa trajetória de dois anos?

A implantação definitiva do processo eletrônico é um marco histórico, uma data que será lembrada. Porém, o processo de transição começou desde muito tempo atrás e seguirá por um outro período de tempo. As principais modificações ainda estão por ser implantadas. Refiro-me ao novo modo de trabalhar que o processo eletrônico provoca, ou seja, o repensar de atos meramente burocráticos. A rotina de trabalho e a tomada de decisão institucional serão totalmente modificadas. Posso citar como exemplo: até quando deveremos continuar comprando grampeadores? Parece uma pergunta simples, mas é uma das milhares de perguntas que teremos de responder. E quando digo "nós", refiro-me à instituição, magistrados e servidores. Tudo que estamos acostumados a fazer girava em torno do papel. Mas sou otimista. Vamos melhorar muito a forma de trabalhar. Foram dois anos de trabalho intenso, mas tenho certeza de que valeu a pena. Construir o processo eletrônico é como construir uma catedral: foram muitos aqueles que ajudaram e não se pode nominar ninguém em especial.

Como será a adaptação do sistema desenvolvido no TRT-PR com o processo eletrônico nacional?

Será fácil e sem dificuldade. São três os pilares do processo eletrônico: software, cultura e infraestrutura. A mudança cultural, o grande feito desse período, não se perderá jamais. A infraestrutura, ou seja, a construção do datacenter,

▶ ENTREVISTA

SÉRGIO MURILO RODRIGUES DE LEMOS

Presidente da Comissão de Informática do TRT-PR

os links de comunicação, a rede interna, os monitores, os novos computadores, os novos móveis de sala de audiência, também será mantida integralmente. O software, que será o PJe, implicará alguns ajustes. Mas posso citar o Escritório Digital e o Gabinete Digital. Foram novos softwares que os usuários rapidamente se adaptaram ao uso.

A Justiça do Trabalho do Paraná foi pioneira na implantação do processo eletrônico. O que essa experiência trouxe para o Regional?

Desde muito tempo o Paraná vem se destacando no uso da informática para melhorar a prestação jurisdicional. Foi esse histórico que permitiu chegarmos até aqui, ou seja, chegarmos ao processo eletrônico definitivo. Por conta do protagonismo, fomos obrigado a encontrar soluções criativas e que não tinham precedentes. Por exemplo, a solução tecnológica que compatibiliza a apresentação da defesa depois da tentativa de conciliação prevista na CLT, e em formato digital, nos termos da Lei 11.419, foi desenvolvida aqui, através do Escritório Digital e da infraestrutura de computadores nas salas de audiências. Nenhum outro tribunal adotava o modelo implantado. E a solução será adotada pelo projeto nacional.

Quais serão as principais mudanças na nossa cultura de trabalho daqui para a frente?

Como já mencionei, a principal mudança cultural será a necessidade de que cada magistrado e servidor repense os critérios de tomada de decisão administrativa e judicial. Será necessário manter a carta precatória? Podemos transferir o local das audiências para o espaço da Secretaria? A lotação por unidade ainda é necessária? A referência agora é o processo eletrônico e não mais o modelo de 200 anos, que foi o processo de papel. Chegou a hora de cada servidor, cada magistrado colocar a sua pedra na parede da grande catedral.